ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS

ENSAIOS APB

O CONSÓRCIO NAS BIBLIOTECAS ACADÊMICAS DOS EUA

Doris R. Brown

Ensaios APB, n. 60

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

O CONSÓRCIO NAS BIBLIOTECAS ACADÊMICAS DOS EUA

Doris R. Brown

Ensaios APB, n. 60

R. Maestro Cardim. 94 - Tel/Fax (011) 285-3831 -Liberdade - São Paulo - SP - Cep: 01323-000- e-mail apb@nw.com.br

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

O CONSÓRCIO NAS BIBLIOTECAS ACADÊMICAS DOS EUA

Doris R. Brown

Ensaios APB, n. 60

São Paulo
Novembro
1998

ENSAIOS APB

Coordenação editorial: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

1 - MELO, José Marques de. Comunicação de Massa x Leitura. 1994.
2 - MOSTAFA, Solange Puntel. Balcão de Informações: o mercado emergente. 1994.
3 - TAVARES, Maria Christina de Moraes. Atuação da Biblioteca Infanto-Juvenil. 1994.
4 - MURGIA, Eduardo. A Crise da Informação. 1994.
5 - OLIVEIRA, Silas Marques de. A Crise dos recursos Humanos em Bibliotecas. 1994.
6 - BARROS, Maria Helena T. C. de. A Atuação da Biblioteca Escolar: relato de uma crise. 1994.
7 - DIAS, Maria Cristina Santarém et al. Alternativas para Contornar a Crise da Leitura: uma experiência do ônibus-biblioteca na cidade de São Paulo. 1994.
8 - FERREIRA, Marta Nosé et al. Projeto "Soma". 1994.
9 - LARROUDE, Rita Luisa et al. Terceira Idade: relato de uma experiência, 1991-1992. 1994.
10 - SILVA, Helen de Castro et al. Um espaço para a Fantasia. 1994.
11 - TOMAZELLI, Angela M. et al. Criança de Periferia não Lê: desmistificação. 1994.
12 - RIVA, Eliane Barbosa et al. Terceira Idade: programa integrado. 1994.
13 - ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O Espaço da Biblioteca: uma reflexão. 1994.
14 - VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Leitura Técnica e seu Papel na Pesquisa & Desenvolvimento. Jan. 95.
15 - ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. Fev. 95.
16 - VALLS, Valéria. O espaço do bibliotecário no gerenciamento de documentos do Sistema da Qualidade. Mar. 95.
17 - CARDIN, Tânia Maria Sanvezzo. Lixo reciclável x incentivo à leitura: uma relação que deu certo no município de Ibiporã - PR. Abr. 95.
18 - LIMA, Justino Alves. Bibliotecas e bibliotecários: o perfil de um caso. Maio 95.
19 - MODESTO, Fernando. Apontamentos sobre a ergonomia na implantação e uso do computador na biblioteca. Jun. 95.
20 - CÔRTE, Adelaide Ramos e. Memória técnica. Jul. 95.
21 - FUJINO, Asa. A gestão da informação no processo de cooperação universidade-empresa: uma visão crítica. Ago. 95.
22 - FARIA, Ivete Pieruccini. Livro e leitura no Brasil: alguns aspectos acerca da entrada do impresso no país. Set. 95.
23 - SMIT, Johanna. Algumas questões sobre os documentos audiovisuais em bibliotecas. Out. 95.
24 - SILVA, Antonio Manoel dos Santos, ALMEIDA, Glaura Maria Oliveira Barbosa de, BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O Plano de Gestão da Qualidade e sua implantação na rede de bibliotecas da UNESP: relato de uma experiência. Nov. 95.
25 - VERGUEIRO, Waldomiro C. S. Gestão da Qualidade e Bibliotecas Públicas: o difícil caminho para as instituições brasileiras. Dez. 95.
26 - LANE, Sandra S., VAL, Marta R. S. Ribeiro do. Preservação de acervos de bibliotecas: Parte I. Degradação dos materiais. Jan. 96.
27 - LANE, Sandra S., VAL, Marta R. S. Ribeiro do. Preservação de acervos de bibliotecas: Parte II. Um modelo de programa local. Fev. 96.
28 - SOUZA, Marta Alves de. Internet: a rede global. Mar. 96.
29 - MODESTO, Fernando. Combate ao vírus de computador na biblioteca. Abr. 96.
30 - BARTALO, Linete et al. A importância da leitura na formação do professor. Maio. 96.
31 - ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Sociedade de informação: espaço da palavra onde o silêncio mora? Jun. 96.
32 - GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Legislação profissional do bibliotecário. Jul. 96.
33 - MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Abordagem qualitativa de pesquisa em biblioteconomia: uma introdução. Ago. 96.
34 - MARCHIORI, Patrícia Zeni. Eram os deuses astronautas? ou São os bibliotecários, profissionais da informação? Set. 96.
35 - FERREIRA, Sueli Mara S. P., KROEFF, Márcia S. Referências bibliográficas de documentos eletrônicos: vol. 1. Out. 96.
36 - FERREIRA, Sueli Mara S. P., KROEFF, Márcia S. Referências bibliográficas de documentos eletrônicos: vol. 2. Nov. 96.
37 - ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Roubo, depredação de materiais e campanhas educativas em bibliotecas: proposta de um modelo de avaliação. Dez. 96.
38 - SOUZA, Francisco das Chagas de. O bibliotecário brasileiro e seu humanismo. Jan. 97.
39 - LIMA, Justino Alves. Mobilização para uma política de conservação e manutenção de acervos contra o agente biológico humano. Fev. 97.
40 - SMIT, Johanna W., MACAMBYRA, Marina M. Tratamento de multimídia. Mar. 97.
41 - SANTOS, Jussara Pereira. O ensino de biblioteconomia no Mercosul: propostas de integração e harmonização curricular. Abr. 97.
42 - FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elaboração de tesauros monolíngues com o programa TECER: considerações sobre o uso. Maio 97.
43 - BARRETO, Angela Maria. Conversas com quem gosta de informar. Jun. 97.
44 - LIMA, Justino Alves. As entidades da biblioteconomia: uma tentativa de globalização e uma iniciativa de intervenção política. Jul. 97.
45 - TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Linguagem documentária. Ago. 97.
46 - MODESTO, Fernando. O bibliotecário e o mercado de trabalho: alguns comentários. Set. 97.
47 - RECINE, Analúcia Viviani dos Santos. Análise de partituras. Out. 97.
48 - TOMAÉL, Maria Inês. Informação e globalização: reflexos de uma nova era. Nov. 97.
49 - FIGUEIREDO, Nice. Repensando a biblioteca pública brasileira: considerações em torno de resultados de pesquisa. Dez. 97.
50 - FIGUEIREDO, Nice. Repensando a biblioteca universitária brasileira: como prosseguir - notas para um projeto de pesquisa. Jan. 98.
51 - FERREIRA, Margarida M. Estudo do formato para registro bibliográfico Marc: volume 1. Fev. 98.
52 - FERREIRA, Margarida M. Estudo do formato para registro bibliográfico Marc: volume 2. Mar. 98.
53 - RUSSO, Mariza. Bibliotecas universitárias brasileiras: diretrizes para o próximo milênio. Abr. 98.
54 - GAUZ, Valeria. O bibliófilo José Mindlin: impressões de um encontro. Maio. 98.
55 - COSTA, Márcia Betânia da. Implantação do movimento 5S's em unidades de informação. Jun. 98.
56 - SIQUEIRA, Maria das Graças. Ler é conquistar autonomia. Jul. 98
57 – SOUZA, Marta Alves de. Fontes de informação em Ciências Exatas: uma síntese. Ago. 98.
58 – FIGUEIREDO, Nice. A automação das bibliotecas universitárias: resultado de pesquisa. Set. 98.
59 – MODESTO, Fernando. O bibliotecário e o mercado de trabalho: estratégias para o emprego. Out. 98.
60 – BROWN, Doris R. O consórcio nas bibliotecas acadêmicas dos EUA. Nov. 98.

O CONSÓRCIO NAS BIBLIOTECAS ACADÊMICAS DOS EUA ([1])

Doris R. Brown ([2])

Nas últimas duas décadas, as bibliotecas mundiais têm sofrido com um aumento anual de 10% a 15% no preço de livros e subscrições de periódicos. Este aumento ocorreu na mesma etapa em que as bibliotecas quiseram e iniciaram a inclusão em seus acervos dos títulos eletrônicos que começaram a aparecer com a introdução de computadores e da automatização no mundo da informação. A biblioteca sentiu não só a necessidade de obter fundos para fazer frente à inflação dos preços da matéria impressa, mas também a necessidade de incluir os novos formatos dos recursos, do vídeo ao disco compacto e às bases de dados. A quantidade de informação cresceu a exemplo de uma árvore que a cada dia tem mais ramos e mais folhas, dependentes do tronco, mas, ao mesmo tempo, vistas como entidades distintas. Na mesma época em que aconteceu este aumento do universo de informação, as bibliotecas acadêmicas sofreram uma redução severa da verba anual para livros, periódicos e outros materiais. Esta redução foi resultado ou dos problemas financeiros das universidades, que tiveram que oferecer mais bolsas de estudos e outras ajudas financeiras aos alunos, ou da necessidade da biblioteca em comprar mais com o mesmo nível de fundos dos anos anteriores.

A missão da biblioteca é proporcionar os serviços necessários aos seus usuários, tanto os usuários principais quanto os usuários secundários, sejam alunos de outras universidades ou cidadãos que entram no seu espaço. Como a biblioteca quer satisfazer a necessidade de informação do usuário, o bibliotecário pretende apresentar a mais alta qualidade possível em todos os aspectos destes serviços. Claro que com a introdução de bases de dados e outros sistemas automatizados, surgiu a necessidade de uma computação de alta qualidade e de alta velocidade, tanto no hardware quanto no software. Para oferecer tais serviços, a biblioteca precisava ou de um aumento na verba

---

[1] Palestra apresentada no Encontro Nacional de Bibliotecas de Instituições Particulares de Ensino Superior na Universidade de Guarulhos, São Paulo, em 1 de julho de 1998.

[2] Diretora de Bibliotecas – Universidade de DePaul, Chicago, IL., EUA. dbrown@wppost.depaul.edu.

anual, ou de novos métodos de estender os fundos existentes. Na falta do aumento da verba anual, a biblioteca buscava uma nova solução baseada na tradição bibliotecária.

O espírito de cooperação e colaboração que serve de raiz para a fundação de cada biblioteca, motivou a busca de métodos para reduzir o custo de todas as bibliotecas. As maneiras introduzidas para alcançar tal fim foram: incluir o conteúdo de várias bibliotecas ou de muitas publicações, além de possibilitar seu acesso, nas bases de dados catalográficas; permitir que os recursos mostrados nestas bases de dados se tornem disponíveis para outras bibliotecas e seus usuários, onde e quando sejam necessários; compartilhar os recursos e os custos dos catálogos online e das outras bases de dados; e distribuir a todas as bibliotecas os recursos eletrônicos comprados em nome delas.

Para atingir uma solução para estes assuntos, as bibliotecas decidiram unir-se em um consórcio ou uma rede, entendendo ser essa a única maneira para proporcionar os serviços necessários aos seus usuários.

Definição

A definição de consórcio e de rede é preciso para que se entenda bem a idéia do espírito cooperativo, pois os dois são empreendimentos cooperativos que objetivam ou conter gastos ou promover o benefício comum. Para distinguir entre os dois termos, define-se um consórcio como uma associação de bibliotecas da mesma região ou do mesmo tipo, que possuam interesses comuns e o desejo de compartilhar recursos e custos, enquanto uma rede se define como uma interligação de bibliotecas independentes que usam ou constróem uma base de dados comum. Há centenas de consórcios e muitas redes nos EUA, mas os exemplos citados neste trabalho vão concentrar-se em alguns consórcios (ex. OHIOLink, CIC e ILCSO) e na OCLC como exemplo de uma rede internacional.

Fases na História do Consórcio

Fase I

A primeira fase deste movimento para fundar um consórcio, ocorreu da necessidade da introdução da tecnologia da informação na biblioteca. Nesta primeira fase, muitos consórcios se fundaram com o objetivo de construir um catálogo online comum para conter gastos de catalogação. Já se sabe que muitas bibliotecas compram uma cópia de um título e, se todas as bibliotecas têm que catalogar este mesmo título, haverá um gasto enorme de trabalho e de dinheiro. No consórcio que possua um catálogo online comum, só uma biblioteca terá que catalogar o título; depois os outros membros podem copiar o mesmo registro catalográfico. Além disso, um catálogo online comum é um pré-requisito importante para qualquer sistema de obtenção de documentos. Nesta primeira fase, formou-se um modelo de catálogo online centralizado, ao qual todos os membros podem fazer uso e que funciona como uma base de dados de registros bibliográficos com a senha de cada biblioteca que tem o título no seu acervo. O catálogo indica também a disponibilidade do título e permite o empréstimo centralizado. Os exemplos do ILLINET Online (fundado em 1980) [http://ilcso.aiss.uiuc.edu/] e do OHIOLink (fundado em 1992) [http://www.ohiolink.edu/] servem de modelo para catálogo online centralizado para as bibliotecas acadêmicas nos estados de Illinois e de Ohio. A idéia de cooperação estende-se ao acervo de livros e de periódicos, porque as bibliotecas também poderão economizar se permitirem que todos os alunos e o corpo docente de todas as universidades usem o acervo como um acervo comum. Com esta cooperação a biblioteca pode satisfazer as necessidades do usuário sem comprar todo livro publicado, o que não seria possível em todos os casos. As bibliotecas também economizam, se emprestam os livros ou outros materiais às outras, porque então podem pedir emprestado o material diferenciado do acervo daquelas bibliotecas e comprar só os livros necessários para o currículo da universidade à qual pertence. O fato de, ao invés de emprestar o livro à outra biblioteca emprestá-lo direto ao usuário, é um movimento lógico e óbvio, e nesta primeira fase muitos consórcios rumaram nesta direção. Na conversão ao empréstimo direto ao usuário, mudou-se não só a maneira de emprestar os materiais, mas também a relação com o usuário, pois ele se tornou um usuário "virtual".

Fase II

A primeira fase durou por mais de dez anos, começando no ano de 1970; no entanto, nas últimas duas décadas as bibliotecas membros de um consórcio passaram por várias fases muito mais rápidas do que a primeira. A segunda fase iniciou-se com a introdução dos recursos eletrônicos no meio da década de 1980, quando as bibliotecas descobriram que poderiam implementar a compra em grupo para obter um preço mais econômico. As bibliotecas organizaram-se em um consórcio ou estenderam os serviços do consórcio para comprar as bases de dados de abstracts e indexes (ex.: Wilson Humanities Index), ou os periódicos eletrônicos (ex.: Project Muse), ou as enciclopédias (ex.: Encyclopedia Brittanica) e os diretórios (ex.: Gale Encyclopedia of Associations).

Nesta fase a relação entre o consórcio e a editora mudou também, do mesmo modo que a mudança da relação do usuário com a biblioteca. O consórcio começou a fazer marketing para a editora ou o provedor porque assim a editora ou o provedor dariam descontos aos membros do consórcio. O negócio começou com um periódico grátis para deixar os membros do consórcio usarem a base de dados ou qualquer outro produto sem pagar. Ao invés da editora ter que visitar todas as bibliotecas, o pessoal do consórcio (ou voluntários do consórcio, caso não houvesse pessoal dedicado a ele) organizou para que todos os membros pudessem conhecer e "provar" o produto antes da decisão sobre a subscrição dele. A editora oferecia o desconto porque, dessa forma, não precisava efetuar a venda às bibliotecas e, também, porque poderia obrigar o consórcio a receber todo o pagamento como a agência principal de todas as bibliotecas. Desta maneira, a responsabilidade do consórcio é a de receber o dinheiro dos membros e pagar uma só fatura que a editora ou o provedor encaminha ao consórcio.

Fase III

A terceira fase foi introduzida faz poucos anos com as possibilidades da interligação e do compartilhamento dos recursos eletrônicos. Com o standard Z39.50 já não é necessário usar um catálogo online centralizado para poder acessar o acervo de outra biblioteca. Com este standard uma busca em qualquer catálogo se traduz em uma busca em qualquer outro sistema automatizado. O catálogo online torna-se um catálogo "virtual" pelo qual qualquer usuário de qualquer membro do consórcio pode fazer uma

busca sem conhecer as regras de buscas de todos os sistemas, porque o standard dá uma interface-padrão que permite a repetição da busca em cada catálogo. O projeto CIC [http://NTX2.cso.uiuc.edu/cic/] está mostrando a viabilidade de 13 bibliotecas acadêmicas de pesquisas usarem muitos sistemas como se fossem um sistema único desde o ponto de vista dos seus usuários. Para instalar um catálogo virtual é preciso que os sistemas automatizados dos membros do consórcio conformem-se ao standard do Z39.50 (para mais informações, visite a homepage da Biblioteca do Congresso: http://1cweb.loc.gov/z3950/agency/).

A terceira fase também viu uma expansão do número de sócios e do tipo de biblioteca, pois o sucesso da idéia do consórcio tirou a dúvida das bibliotecas que antes não acreditavam na possibilidade de economizar por fazer uma organização cooperativa com outras bibliotecas. Alguns consórcios que antes dedicaram-se às bibliotecas acadêmicas decidiram admitir bibliotecas públicas e até bibliotecas escolares ou especiais. Outros consórcios buscaram todos os membros novos possíveis para aumentar o número dos usuários, já que as editoras deram um desconto melhor para o maior número de usuários. Por outro lado, alguns consórcios decidiram enfocar os seus serviços a um certo tipo de bibliotecas ou de restringir as atividades à determinada região, pois descobriram que um maior número de usuários demanda mais pessoal e serviços mais delineados, dependendo do tipo de biblioteca e do nível de experiência nos campos de sistemas e de automatização.

Fase IV

A quarta fase está se iniciando atualmente, pois faz poucos anos os diretores de consórcios reuniram-se para discutir os problemas e os assuntos de interesse comum. Destas discussões gerou-se a união de consórcios que chegou a ser a Coalizão Internacional de Consórcios de Bibliotecas, conhecida pela sigla ICOLC (International Coalition of Library Consortia) [visite a homepage em http://www.library.yale.edu/consortia]. Depois da formação do ICOLC e baseada na experiência dos consórcios comprando recursos eletrônicos das editoras, surgiu a idéia do mega-consórcio, aliás uma organização servindo de agente para todos os outros consórcios. O primeiro exemplo da possibilidade do mega-consórcio foi a compra do CIS Academic Universe por meio do SOLINET [http://solinet.net]. Neste programa,

Tipos de consórcios

Um padrão universal para a formação de um consórcio não existe, mas é possível juntar os consórcios em vários grupos, baseados no tipo de consórcio que resulta. Um modelo é o do consórcio de bibliotecas acadêmicas de um só estado onde as bibliotecas têm uma história de cooperação; esta cooperação consiste na participação de todas ou muitas das bibliotecas, e o consórcio muitas vezes está associado a uma universidade. Este tipo de consórcio boa parte das vezes tem um mandato do governo estadual que indica a organização responsável por ele. Muitas vezes esta afinidade geográfica serve de orgulho político para o estado ou região; este orgulho leva o governo estadual a dar verbas para começar os programas do consórcio. Alguns consórcios (para mais informação, buscar o URL da homepage no Web) que representam este modelo são: Califórnia State University Software & Eletronic Info. Resources (SEIR) [http://www.co.calstate.edu/irt/seir/]; Colorado Alliance of Research Libraries (CARL) [http://www.coalliance.org.]; Illinois Libraries Computer Systems Organization (ILCSO) [http://ilcso.aiss.uiuc.edu] e Ohio Library and Information Network (OhioLINK) [http://www.ohiolink.edu/].

Com poucas exceções, quase todas as bibliotecas que pertencem a um consórcio localizam-se na mesma região ou são do mesmo tipo de biblioteca. A região pode ser um só estado, como os exemplos anteriores, ou pode ser uma região geográfica, por exemplo o Meio-oeste ou o Sul. Os exemplos de um consórcio de bibliotecas acadêmicas de uma região ou do mesmo tipo de muitos estados são: Big 12 Plus Libraries Consortium (BTP) [http://www.libraru.okstate.edu/big12]; Committee on Institutional Cooperation (CIC) {http://cedar.cic.net/cic/]; Associated Colleges of the South [http://www.colleges.org/library.html] e NorthEast Research Libraries Consortium (NERL) [http://www.library.yale.edu/NERLpublic].

Porém, existem consórcios que incluem vários tipos de bibliotecas de um estado ou de uma área metropolitana; alguns exemplos são: Georgia Library Learning Online (Galileo) [http://www.galileo.peachnet.edu]; Louisiana Library Network (LLN) [http://www.lsu.edu/lln] e Portland Area Library System (PORTALS) [http://www.portals.org].

Projetos de hoje

Os consórcios que existem hoje estão em uma transformação entre o consórcio e o futuro do mega-consórcio. Os serviços dos consórcios variam, mas geralmente um consórcio oferece ou todos ou muitos dos serviços desta lista:

- Acesso às coleções por catálogo online, ou centralizado ou virtual.
- Licenciamento de recursos eletrônicos.
- Acervo comum.
- Empréstimo ao usuário: por meio do bibliotecário ou direto.
- Treinamento e educação para os sócios.
- Desenvolvimento cooperativo de coleções.
- Digitalizar coleções.

Ainda que o uso de consórcios tenha acelerado os serviços das bibliotecas, ao mesmo tempo surgiram alguns problemas derivados destes mesmos consórcios. Um problema principal é que qualquer biblioteca pode pertencer a vários consórcios, porque há muita duplicação e competição entre consórcios e redes. A melhor gestão da biblioteca exige ao diretor escolher o programa que dá mais benefício à ela, de maneira que pode ele utilizar um consórcio para um título e outro consórcio para comprar outro título. Cada diretor também tem que se perguntar se a sua biblioteca está conseguindo a manutenção de coleções únicas ou de disciplinas diferenciadas, que dá uma especialidade à sua biblioteca – ou mudou para uma coleção núcleo para todos? Em uma época de menos dinheiro e mais demanda para informação, o perigo é que as bibliotecas de pesquisas perderão as coleções especiais de grande profundidade a favor de recursos eletrônicos iguais em todas as bibliotecas. O diretor se preocupa também com o desafio de buscar o equilíbrio entre participar do consórcio e permanecer independente, pois participar no consórcio exige o tempo dele e dos outros bibliotecários.

O futuro – Fase V?

E a fase V, quando será que vai começar? Quais serão as preocupações desta fase, quais os assuntos principais? Será que o consórcio vai converter-se em um sindicato de bibliotecas? O ICOLC já é internacional com bibliotecas dos EUA, da Austrália, da Inglaterra e outros países da Europa – haverá também alguns consórcios da América Latina que reunam-se ao ICOLC? Haverá mais alianças entre o consórcio e a editora ou o provedor? Com o projeto SPARC as bibliotecas de pesquisas (Association of Research Libraries) já começaram um movimento de tomar um papel importante na produção da informação que atualmente têm que comprar das editoras. Será que dentro de pouco tempo o consórcio ou até a biblioteca produzirão as publicações sem o intermédio da editora, tornando-se, de fato, como sua própria editora? Ou, por outro lado, haverá um subsídio do consórcio para a editora ou o provedor? Ou existirá a necessidade da biblioteca e de extensão do consórcio? Se o usuário pudesse ir direto à editora/provedor, porquê a biblioteca? Neste caso, se não existir a biblioteca ou se as bibliotecas funcionarem como sua própria editora, não poderão eliminar o consórcio?

A visão da biblioteca eletrônica para cada estudante ou para cada cidadão do estado indica que o estudante ou professor de uma universidade será o usuário de todas as outras bibliotecas. Esta visão presume um "usuário virtual" que tem direito de usar alguns serviços da biblioteca acadêmica sem pagar a matrícula da universidade. Claro que algumas bibliotecas recebem o orçamento total do governo do estado, ou no caso de universidades particulares a biblioteca recebe uma doação para os programas do consórcio; assim, o bibliotecário pode raciocinar que qualquer usuário que paga imposto ao estado tem direito ao serviço da biblioteca. Mesmo assim, os fundos estaduais não são suficientes para cobrir todos os serviços que o usuário virtual requer, por exemplo, referência ou circulação. O bibliotecário terá que escolher entre oferecer serviços iguais a todos os usuários ou arrumar distintas categorias de serviços para o usuário principal e o usuário virtual. A idéia do consórcio ou da rede já se espalhou por todas as bibliotecas dos EUA com maior implementação nas bibliotecas acadêmicas. A necessidade de fazer mais com menos dinheiro e menos pessoal serve de garantia que haverá mais cooperação entre bibliotecas de todos os tipos. Esta cooperação prediz uma explosão do conceito do consórcio ou da rede, não só nos EUA mas pelo mundo inteiro.